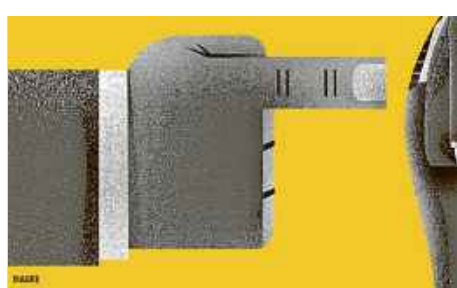




ALEXANDRE DE PAULA / alexandresouza.df@dabr.com.br



Pressão

A reclamação de profissionais da educação e da segurança quanto à exclusão dessas áreas dos grupos prioritários no plano local de vacinação contra covid-19 surtiu efeito. As áreas são fundamentais para os governos e têm categorias fortes que pressionaram muito para reverter a situação. Ter servidores da segurança e da educação insatisfeitos traz um peso político muito grande.

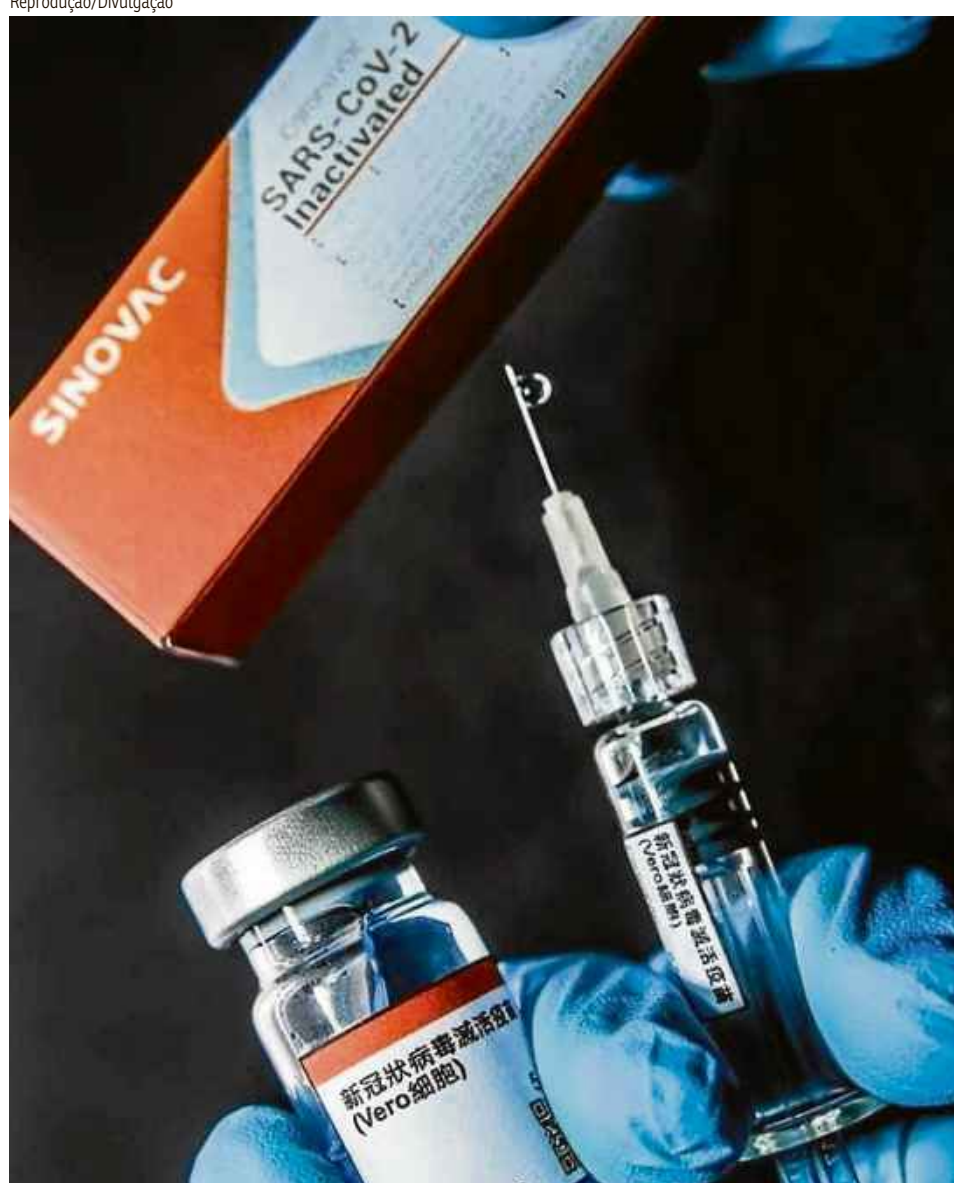
De olho em 2022

Nos bastidores, começa a se desenhar uma frente política para tentar derrotar o governador Ibaneis Rocha (MDB). Publicamente, ninguém assume, mas um grupo pode se formar em torno do senador Izalci Lucas (PSDB). Nada está definido, mas poderiam estar ao lado dele a deputada federal Paula Belmonte (Cidadania) e o marido, Luiz Felipe Belmonte — que é suplente de Izalci. Também há diálogo com o ex-governador e ex-senador Cristovam Buarque (Cidadania).

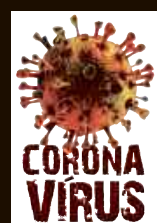
Base

Em entrevista recente à coluna, o senador disse que não lançará candidatura agora e que não quer antecipar o processo sucessório. Na prática, entretanto, começou a trabalhar para se viabilizar. A estratégia agora é se fortalecer nas bases, buscando capturar lideranças locais e construir campos eleitorais nas cidades.

Reprodução/Divulgação



Nas mãos do Ministério da Saúde



O GDF se mantém firme na decisão de deixar para o Ministério da Saúde a compra de vacinas contra a covid-19. O Executivo local vai seguir o plano nacional e aguardará o recebimento das doses enviadas pelo governo federal. A expectativa é que a pasta consiga comprar e distribuir de forma rápida em volume suficiente para atender a todo o país, mas o processo não será fácil.

Combate à desinformação

Uma das missões assumidas pela comissão especial instalada na Câmara Legislativa para fiscalização e acompanhamento da vacina no Distrito Federal será combater a desinformação sobre o tema. Em tempos de comunicação instantânea, notícias falsas — algumas absurdas — circulam com muita velocidade e ganham força nas redes. Em alguns casos, é importante notar que a desinformação ganha o aval de autoridades.



À QUEIMA-ROUPA

RAFAEL SAMPAIO, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepó)

Ana Rayssa/CB/D.A Press



A Polícia Civil, assim como as outras corporações, continuou nas ruas durante toda a pandemia e se expôs a riscos. Havia medidas de segurança suficientes para proteger os profissionais?

Na verdade, não existem instrumentos suficientes de proteção que permitam o desempenho regular da atuação policial com segurança em relação à covid-19. Desse modo, podemos afirmar que a manutenção dos policiais na rua, atendendo ao público, por si só, já gera um maior risco de contaminação, o que é ressaltado pelo índice de contaminação de nossos servidores, que é três vezes e meia maior do que o do público em geral.

No ano passado, saiu a recomposição para as forças locais. Que importância isso teve para a Polícia Civil?

A importância foi grande, deu um alívio ao servidor e um sentimento de que o GDF reconhece a situação de perdas salariais que estamos enfrentando, visto que estávamos sem qualquer recomposição desde 2013, o que não aconteceu com nenhuma carreira, seja federal ou distrital. Infelizmente, o governo federal inviabilizou a concessão do reajuste

proposto pelo GDF, diminuindo-o a um percentual quatro vezes e meia menor.

A paridade com a Polícia Federal continua como reivindicação? A articulação por isso continuará?

Sim. É o nosso paradigma e uma questão de justiça.

A relação com o GDF no governo Ibaneis melhorou?

O governo quitou praticamente todos esses passivos de investimento, delegacias reabertas, a frota foi renovada, armas e equipamentos adquiridos, autorizados concursos etc. Falta corrigir nossos salários, mas cremos que o governador Ibaneis fará o possível para cumprir essa promessa.

Hoje, quais são as principais demandas da categoria?

Salarial, já que enfrentamos perdas salariais altíssimas, e um plano de assistência à saúde do servidor. Temos muitos servidores adoecidos física e psicologicamente, e o Estado precisa estar atento a essa grave situação, além do pagamento dos passivos e das pecúnias, que tinha sido prometido pelo GDF.

Acompanhe a cobertura da política local com @alexandrepaulas



Secretaria de Saúde convocou, ontem, os profissionais, que têm especialidade em clínica médica. Eles atuarão no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e em quatro hospitais da rede pública. Documentação deve ser entregue até sexta-feira

100 médicos no combate à covid

» LUANA PATRIOLINO

O Governo do Distrito Federal convocou, por meio da Secretaria de Saúde, 100 profissionais para o cargo de médico, com especialidade clínica médica. Os profissionais atuarão no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e em quatro hospitais. Eles foram aprovados no último processo seletivo simplificado emergencial da pasta, realizado em dezembro de 2020. O início é imediato.

A informação foi publicada no *Diário Oficial local (DODF)* de ontem e o objetivo é complementar o trabalho do quadro de profissionais da secretaria para combater a pandemia da covid-19. Atualmente, o Distrito Federal contabiliza 262.928 infecções pelo novo coronavírus. Desse total, 4.406 pessoas morreram e 251.188 estão recuperadas, o equivalente a 95,5%. O boletim epidemiológico divulgado ontem registrou 706 novos casos da doença e sete mortes na capital federal.

As regiões que registram o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Parte dos convocados atuará no Hospital Regional da Asa Norte (Hran), referência no tratamento da doença

maior número absoluto de casos são Ceilândia (29.891), Plano Piloto (23.724) e Taguatinga (21.357). As maiores incidências — número de contagiados em relação ao total de moradores — estão em Sobradinho, Lago Sul, Plano Piloto e Taguatinga.

Entre as sete mortes notificadas ontem, três eram de mulheres e quatro, de homens. Duas tinham entre 40 e 49 anos e as outras, mais de 50 anos. Apenas quatro eram moradores do DF — de Guarã, Brazlândia, Águas Claras e Lago Sul. Os demais, residiam no Amazonas,

em Goiás e em Minas Gerais, mas perderam a vida em unidades de saúde da capital federal.

Os convocados atuarão no Hospital Regional da Asa Norte (Hran), referência no combate à covid-19, e nos de Brazlândia, Ceilândia e Planaltina. O período inicial dos contratos dos

aprovados é de seis meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Para assumirem o cargo, os candidatos convocados deverão apresentar a documentação exigida pelo edital em até cinco dias úteis, a contar da data da publicação no *DODF*, no período de 18 a 22 de janeiro. Também deverão entregar a avaliação médica pré-admissional, com aprovação de aptidão física e mental.

Outras vagas

A Secretária de Saúde também está autorizada a realizar um processo seletivo simplificado para a contratação de mil profissionais temporários. De acordo com a Portaria de Autorização, publicada no *Diário Oficial do DF* de quarta-feira. Serão 500 vagas de agentes de vigilância ambiental e 500 de agentes comunitários de saúde. O último concurso realizado pela pasta foi em 2018. Ao todo, foram 414 vagas, sendo 294 para especialidades médicas, 72 para especialistas em saúde, 30 para enfermeiro e 20 para técnicos em saúde.

» 1,5 mil vagas na Polícia Federal

O edital de abertura do novo concurso público da Polícia Federal (PF) foi publicado no *Diário Oficial da União (DOU)* ontem. São 1,5 mil vagas para escrivão, agente, delegado e papiloscopista. O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe) é a banca organizadora. Os salários variam de R\$ 12.522,50 a R\$ 23.692,74. Candidatos com nível superior em qualquer área de formação podem se inscrever (exceto para o posto de delegado, que exige graduação em direito, especificamente). Todos os postos são para 40 horas de trabalho semanal. Para concorrer, é preciso carteira nacional de habilitação, categoria B, no mínimo. O concurso reserva 5% das vagas a candidatos com deficiência e 20% a candidatos autodeclarados negros. Só será admitida uma inscrição por cargo. Interessados devem se inscrever de 22 de janeiro a 9 de fevereiro, pelo site www.cebraspe.org.br/concursos/pf_21. As taxas vão de R\$ 180 a R\$ 250.